

## Concursos para precários

A diretora de Recursos Humanos da Universidade de São Paulo, professora Helena M.C. Carmo Antunes, informa que foram publicados 168 editais de concursos públicos para o preenchimento de 291 claros de professor doutor na universidade. Estes claros refe-

rem-se à regularização de contratos precários para professores com 15 ou mais anos de USP. Conforme é possível deduzir da tabela abaixo, 18 unidades publicaram editais de vagas correspondentes aos números de claros.

*Veja matéria sobre precários na página 4*

Unidade	editais	claros	Unidade	editais	claros	Unidade	editais	claros
CEBIMAR	1	1	FEA	7	12	IAG	1	6
CENA	10	10	FFCLRP	3	3	ICB	3	8
ECA	6	6	FFLCH	15	44	IEE	1	1
EE	3	4	FM	25	33	IF	11	12
EERP	1	1	FMRP	2	2	IFSC	1	1
EESC	17	17	FMVZ	5	5	IME	4	9
ESALQ	3	5	FO	10	50	IP	1	1
FAU	2	6	FOB	1	1	IQ	5	17
FCF	1	1	FORP	2	2	IQSC	1	1
FCFRP	3	3	FSP	1	1	MAE	3	6
FE	13	14	FZEA	5	5	MZ	1	3
Total de editais: 168			Total de claros: 291					

## Diretoria da Adusp faz reunião em Pirassununga

Com a presença de docentes de Pirassununga, a diretoria da Adusp, representada pelo vice-presidente Marcos Nascimento Magalhães, pelo diretor regional Antônio Fagundes, e pelo professor Francisco Miraglia, ex-presidente da entidade, participou de uma reunião organizada pela diretoria regional da Adusp daquele campus. Foram dados informes e discutidas diversas atividades que estão sendo desenvolvidas pelo sindicato no momento. Particular ênfase foi dada à questão dos contratos precários, com apresentação e discussão das pro-

postas de encaminhamento, tanto jurídico quanto institucional, para solução deste grave problema da Universidade. Os docentes presentes irão organizar o aprofundamento do debate sobre o tema no Campus de Pirassununga, inclusive no interior dos Conselhos Departamentais e da Congregação. Essas iniciativas são muito importantes para que a Universidade coloque um fim nesta forma de tratar 40% de seus docentes. A reunião foi produtiva e espera-se que a iniciativa dos colegas de Pirassununga possa se repetir em outros Institutos.

### DEBATE COM VICES

## Previsto arrocho na universidade

Os candidatos José Aristodemo Pinotti, vice de Francisco Rossi (PDT), Newton Lima Neto, vice de Marta Suplicy (PT), e Antonio Donizeti Ferreira, candidato ao governo pelo PSTU, afirmaram num debate realizado dia 24 de setembro, no Anfiteatro da História, que o estado de São Paulo vai enfrentar uma situação muito difícil com FHC e a implantação de um novo pacote fiscal. "Com as medidas pesadas que devem ser aplicadas pelo atual governo, depois da eleição, os estados terão muitas dificuldades de arrecadação no próximo ano, o que vai atrapalhar muito o trabalho dos

governadores, inclusive na área de Ciência e Tecnologia", afirmou Lima Neto. Este debate fez parte de um ciclo organizado pela Adusp, pela APG, pelo DCE e pelo Sintusp. Também foram realizadas discussões com candidatos a deputado federal e senador.

José Aristodemo Pinotti chamou de malograda e suicida a atual política econômica e criticou a demissão voluntária de servidores, estimulada pelo governo Covas. Segundo ele, este tipo de demissão é a pior forma de desmonte do serviço público porque dispensa os melhores profissionais, que têm condições de disputar vagas



A. Donizeti, Newton Lima Neto, Jair Borin (Adusp) e José A. Pinotti

no mercado. Para Antonio Donizeti Ferreira, estamos diante de uma fraude eleitoral. Ele acredita que, com os atuais 49,5% de juros, o governo criará uma recessão

brutal, que impedirá qualquer tipo de geração de empregos. Por esse motivo, o candidato afirma que Fernando Henrique está fazendo uma campanha mentirosa.

## Matemática discute acúmulo de cargos

**E**m matéria recente com o título "Quantos cargos você tem?", o Informativo Adusp discutiu a inconveniência de diversos acúmulos de cargos. Neste sentido, foi apresentada na última Congregação do IME uma proposta dos representantes dos doutores buscando reformular o regimento interno da unidade para evitar estas distorções.

A superposição de cargos importantes na estrutura universitária é indesejável pois, além da sobrecarga de trabalho, centraliza demais as decisões. Há inclusive situações em que pode haver conflito entre os cargos exercidos. Por exemplo, um chefe de departamento pode ter que representar uma opinião que conflita com a de uma comissão. Esse problema, que também ocorre em várias unidades, tem descaracterizado principalmente a representação na Congregação. A proposta em discussão no IME visa impedir acúmulos na composição da Congregação.

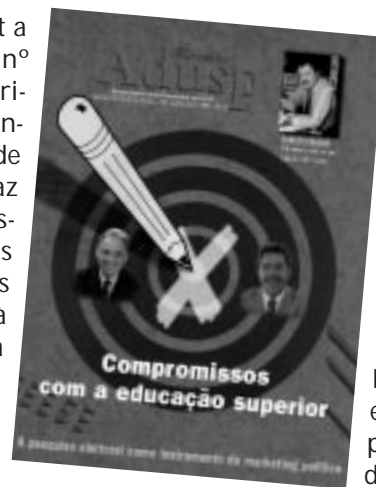
Existem ainda os acúmulos que ferem o "espírito" com que foram criados os organismos universitários.

O Conselho Universitário e os Conselhos Centrais formam o parlamento da universidade. Se eles estiverem repletos de membros que, além da representação da sua unidade, acumulem também cargo de confiança na Reitoria, corremos o risco deles perderem suas funções estatutárias. O inconveniente do que ocorre hoje na Universidade seria equivalente a termos um ministro do Governo Federal continuando a exercer seu mandato parlamentar. A proposta em discussão na Matemática impede que o representante da Congregação junto ao Conselho Universitário e os presidentes de comissões também acumulem cargos de confiança na Reitoria.

A discussão iniciada no IME deve se espalhar em breve a outras unidades. O assunto é instigante e dá origem a outros pontos que merecem modificação no Estatuto da USP. Um colega da Congregação do IME (do alto escalão na gestão anterior da reitoria) chegou a mencionar que era o momento de acabar com a lista tríplice na escolha de diretor. Boa idéia, vocês não acham?

## Revista Adusp dedica edição à eleição

**A** revista Adusp, nº 15, distribuída na segunda quinzena de setembro, traz os compromissos que os dois principais candidatos à presidência da República, Fernando Henrique Cardoso e



Luiz Inácio Lula da Silva, assumiram com o ensino superior. Fernando Henrique tem a vantagem, ou desvantagem, de apresentar resultados, enquanto Lula firma seu protocolo de intenções. Ainda em relação às eleições, esta edição traz matéria mostrando como as pesquisas eleitorais são usadas

como instrumento de marketing, e o jornalista Carlos Chagas, em entrevista, diz que o eleitor está sem opção de voto à presidência. Para ele, FHC empobreceu o país e não mudará os rumos

de seu governo num eventual segundo mandato. Quanto a Lula, Chagas diz que ele ainda está devendo uma proposta econômica factível. Em relação a Ciro Gomes e Enéas, o jornalista afirma que o primeiro caiu de "pára-quadras" e o segundo só pensa em difundir o projeto da bomba atômica.

## Adusp-Ribeirão Preto debate Globalização e Modernização

**A**dusp regional de Ribeirão Preto realiza dia 13 deste mês, às 20h30, debate sobre "Globalização e Modernização", com o sociólogo da Unicamp Renato Ortiz.

A discussão faz parte do ciclo "Conversas na Capela", promovido pela Adusp. Ortiz foi convidado por ter estudado profundamente o tema da Globalização. En-

tre seus principais trabalhos estão Mundialização e Cultura, e Cultura Brasileira e Identidade Nacional, ambos lançados pela editora Brasileira.

As "Conversas na Capela" se encerram dia 19 de novembro, com o professor Luiz Pinguelli Rosa. Ele discutirá "A produção de Ciência e Tecnologia na Era da Globalização".

## D. Paulo tenta isentar taxa da Fuvest

**A** Justiça paulista negou pedido de liminar do cardeal emérito de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, que pedia a suspensão imediata da cobrança da taxa de inscrição de R\$ 50 para os candidatos da Fuvest que concluíram ou estão concluindo o ensino médio em instituições públicas. O texto da ação de d. Paulo

argumentava que a cobrança da taxa é discriminatória e inconstitucional, já que a Universidade de São Paulo é pública e, portanto, gratuita. A juíza da 9ª Vara da Fazenda Pública, Maria Fernanda Rodvalho Podval, entendeu que a taxa, não pode ser entendida como restrição ao acesso ao ensino público.

ENTREVISTA

# O individualismo está se sobrepondo ao coletivo

*Professora do Departamento de Matemática e integrante do Conselho de Representantes da Adusp, Lucília Daruiz Borsari, traça um paralelo entre o sindicalismo da década 80 e o dos dias atuais, e afirma que o individualismo está se sobrepondo ao coletivo. Ela fala, ainda, da importância da Adusp na relação com os docentes da universidade.*

**Que diferença você vê no sindicalismo dos anos 80 e o atual?**

Nos anos 80, existia uma tendência natural de se investir em coisas globais e coletivas. De uns anos para cá, não tem sido esta a prioridade. Saber por que isso aconteceu é uma questão complicada. Os movimentos coletivos, apesar de sua importância, não resultaram em nada que mudasse de fato o cotidiano das pessoas de forma mais ou menos rápida. Então, buscou-se alternativas que pudessem trazer algum benefício mais imediato que as lutas de longo prazo. Houve coisas importantes que ocorreram nos anos 80 até o início desta década, como o movimento das diretas, a volta das eleições, a destituição do Collor. Hoje, se você olhar sua vida cotidiana, ela não melhorou. Pelo contrário, os salários diminuíram, as condições de vida estão piorando.

**Como ocorreram essas mudanças na Universidade?**

A última grande greve que tivemos foi em 88, pela questão salarial. Saímos da greve sem nada mas, em seguida, o reajuste dado colocou os nossos salários em um de seus picos históricos. Depois disso houve alguns movimentos,

mas nenhum na extensão daquele. Em 88, houve também a mudança do Estatuto. Acho que a comunidade, num primeiro momento, olhou para o Estatuto e viu que alguns organismos colegiados passaram a contar com maior representação docente. Esta nova situação, teoricamente, permitiria à comunidade transformar algumas coisas em curto prazo. Porém, é preciso registrar que as pressões sobre os docentes aumentaram muito. Uma pressão óbvia, que se pode sentir pelos corredores, é que é preciso publicar... publicar... publicar. Ao mesmo tempo, com as mudanças no Estatuto, há uma maior requisição dos docentes para participar de órgãos colegiados e de comissões que hoje proliferam. Parte dos professores tem interesse em participar da vida acadêmica, quer discutir o cotidiano acadêmico, os currículos, as políticas científicas; acredita que é parte do trabalho fazer essa discussão. Para essa parte, não basta fazer seus trabalhos individuais, dar suas aulas e produzir seus artigos; quer algo um pouco mais orgânico, mais coletivo.

**Em que medida o Estatuto mudou a participação docente?**

A minha interpretação do Estatuto é que ele se democratizou somente nas primeiras instâncias, ou seja, nos conselhos departamentais. Ele reorganizou o trabalho criando diversas comissões nos departamentos e nas unidades. Com isso, muitos docentes que antes não tinham cargos administrativos tiveram de se distribuir entre as diversas comissões. Entretanto, todas as decisões de departamentos têm de ser referendadas e podem até ser modificadas pela Congregação, onde a repre-

sentação docente é afunilada. Assim, não é raro ver todo um trabalho se desenvolver nos departamentos e não se concretizar, gerando muitas frustrações.

**E quanto aos professores que preferem saídas mais individuais?**

Na minha área, que é a matemática, não é fácil encontrar assessorias. Elas existem mas, acredito eu, em menor quantidade que em áreas um pouco mais próximas à tecnologia. Se há um desvirtuamento do tempo integral, acho que ele seria facilmente resolvido se os salários fossem adequados, o que estão longe de ser. Os reajustes têm sido minimais e o docente vive, hoje, claramente uma situação de corte de gastos, que não mais cabem em seu orçamento.

**A história do Movimento Docente na USP traz alguma lição que permita modificar a situação atual?**

Quero acreditar que sim. Reprisando o Movimento Sindical na Adusp, por exemplo, fica claro que o docente hoje compreende muito melhor como funciona a questão do financiamento da universidade, como funciona o Estado. Essa foi uma conquista que nos permite ter acesso a quem decide sobre universidade, e este é um passo importante.

Daniel Garcia



Lucília Daruiz Borsari

**O que a Adusp pode fazer atualmente para conseguir resultados mais imediatos?**

A grande tarefa da Adusp hoje é se aproximar dos docentes para que possa estar refletindo as necessidades da categoria. Não é uma tarefa fácil porque, muitas vezes, é colocada de forma unilateral. Ou seja, a Adusp tem de ir até os associados. A decisão do Conselho dos Representantes de priorizar a ação sobre os contratos precários foi bem sensata. Os docentes devem se reunir nas suas unidades para tentar tornar a discussão dos precários um pouco mais efetiva, fazendo com que esta questão vá para a pauta do Conselho Universitário e seja, de fato, tomada uma providência. Isso pode contribuir na aproximação dos professores com seu sindicato.

## Atendimento Jurídico

*Os sócios podem consultar o advogado sobre qualquer questão, seja ela de natureza administrativa, trabalhista ou mesmo pessoal. A consulta é gratuita.*

### Plantões na Capital

Quartas-feiras, das 9h às 13h. Telefones: 818-4465, 818-4466 e 813-5573. Fax: 814-1715. E-mail: [juridico@adusp.org.br](mailto:juridico@adusp.org.br)

### Plantões em Ribeirão Preto

Segundas e quartas-feiras, das 10h às 12h. Telefones: (016) 633-7878 e 602-3520. Fax: (016) 633-8066. E-mail: [juridicorp@adusp.org.br](mailto:juridicorp@adusp.org.br)



# Adusp vai intensificar campanha contra contratos precários

A diretoria da Adusp decidiu encaminhar uma série de providências, ainda neste semestre, com o propósito de fazer com que o Conselho Universitário (CO) delibere sobre a questão dos contratos precários. Esta decisão foi tomada dia 16 de setembro, após reunião, no anfiteatro Jacy Monteiro (IME), com docentes representantes nos órgãos colegiados da USP.

Nesta reunião, os docentes relataram como suas unidades e departamentos têm lidado com o problema, inclusive no que diz respeito aos concursos que objetivam efetivar professores com 15 ou mais anos de USP, e tiraram uma série de dúvidas com o representante da Assessoria Jurídica da Adusp que estava presente. A proposta aprovada em plebiscito em 1996 (veja box ao lado) foi retomada e recebeu críticas e sugestões. Várias reuniões estarão sendo realizadas nas unidades da USP. Para o final da segunda quinzena de outubro, já está agendado um novo encontro geral.

## Decisões da Diretoria

A diretoria da Adusp relembra a partir deste Informativo as posições dos candidatos a reitor sobre contratos precários. Veja no box abaixo opinião emitida

“Estes contratos, previstos no artigo 85 do Estatuto da USP, existem há décadas, cristalizando situações indesejáveis. É notório que os professores em etapa avançada da atividade docente, e sob contratos precários, vivem uma situação vulnerável. Isso exige a contextualização do problema na política de Recursos Humanos da USP, dentro das normas legais, com audiência dos professores interessados e suas Unidades.”

Jacques Marcovitch



## Proposta aprovada em 1996 no Plebiscito da Adusp

### A. Com relação a novas admissões

A partir da data de aprovação dessa proposta, todas as admissões de docentes na USP serão feitas através de concurso público, cumprindo o requisito estabelecido pela Constituição de 1988. Para tanto, será modificado o estatuto da USP no que se refere ao nível inicial da carreira docente, para que possam ser admitidos MS1 e MS2 por concurso público.

### B. Com relação aos atuais contratos precários - Regularização.

#### a) Em que consiste

A regularização dos contratos precários consiste em tornar indeterminado o prazo de validade dos mesmos desde que satisfeitos os critérios estabelecidos nesta proposta.

#### b) Como se procederá a regularização dos contratos precários

A regularização dos contratos precários será implementada por Ato da Reitoria da USP com base em decisão do Conselho Universitário.

#### c) Características

- c1) A validade do contrato regularizado será circunscrita à USP;
- c2) Os docentes com contrato regularizado constituirão um quadro em extinção: nenhum docente ingressará mais na USP por meio de contrato precário.
- c3) A demissão de docente com contrato regularizado deverá seguir os mesmos trâmites empregados para o docente efetivo.

#### d) Critérios

- d1) Terão seus contratos regularizados no momento de aprovação desta proposta todos os docentes que tiverem, pelo menos, cinco anos de contrato na USP.
- d2) Terão seus contratos regularizados no momento em que completarem cinco anos de trabalho na USP todos os docentes que já estiverem contratados pela USP no momento de aprovação desta proposta.

#### e) Com relação ao período de transição

- e1) Enquanto a situação dos atuais docentes não efetivos não for regularizada, seus contratos deverão passar a ser regidos pela CLT.